



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**20/09/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1 - 2
1.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	3
1.3. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	4
1.4. VARAS CRIMINAIS.....	5 - 6
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	7
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. VARAS CRIMINAIS.....	8
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. DESEMBARGADORES.....	9
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. PRESIDÊNCIA.....	10
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	11
6.2. CNJ.....	12
6.3. PRESIDÊNCIA.....	13 - 14
6.4. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	15 - 16
6.5. VARAS CRIMINAIS.....	17 - 18

---

**Pág. 7**

### **Centro de Conciliação do TJMA fará audiências para acordos entre Franere e clientes**

Justiça do Maranhão, que funciona no Fórum de São Luís, fará audiências de conciliação com pauta específica envolvendo a Franere e os clientes que adquiriram imóveis e demandaram a construtora na Justiça. O assunto foi tratado em reunião entre o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Lopes de Abreu, e os assessores jurídicos da Franere e das empresas parceiras Gafisa e Tenda, Saulo Boucinhas e Vilma Araújo.

## **CENTRO DE CONCILIAÇÃO DO TJMA FARÁ AUDIÊNCIAS PARA ACORDOS ENTRE FRANERE E CLIENTES**



O Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, que funciona no Fórum de São Luís, fará audiências de conciliação com pauta específica envolvendo a Franere e os clientes que adquiriram imóveis e demandaram a construtora na Justiça. O assunto foi tratado em reunião entre o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Lopes de Abreu, e os assessores jurídicos da Franere e das empresas parceiras Gafisa e Tenda, Saulo Boucinhas e Vilma Araújo.

## **NOVOS DELEGATÁRIOS DEVEM ENVIAR DOCUMENTOS À CGJ-MA**

A Coordenadoria das Serventias, setor da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, solicita aos novos delegatários o envio de documentos referentes às Serventias Extrajudiciais para cadastro em sistemas locais e nacionais. O cadastro das Serventias é necessário para o seu efetivo funcionamento.

## FÓRUM VAI DISCUTIR JUSTIÇA CRIMINAL

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por intermédio da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, promove nos dias 9, 10 e 11 de outubro o 1º Fórum Estadual de Justiça Criminal. O evento tem a parceria da Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado.

**Judiciário adota medida para agilizar emissão de Registro Civil**

A cópia da declaração para emissão do registro civil gratuito e a comprovação dos atos gratuitos passam agora a ser enviadas pelos cartórios por meio eletrônico e não mais pelos Correios.

## **HOMEM QUE MATOU COMPANHEIRA É CONDENADO A 24 ANOS EM BARRA DO CORDA**

Sob a presidência do juiz Antonio Elias de Queiroga Filho, o Tribunal do Júri Popular da Comarca de Barra do Corda, em sessão realizada nessa quarta-feira (18), condenou, por maioria de votos, a 24 anos de prisão, o acusado Lailton de Morais Melo, o "Sardinha".

## **CONDENADO HOMEM QUE MATOU NO CARNAVAL FORA DE ÉPOCA NA AVENIDA LITORÂNEA**

Pelo assassinato de Luís Carlos Viegas Ribeiro foi condenado a 14 anos e 22 dias de reclusão José Carlos Melo, conhecido como "Gaguinho". O crime ocorreu durante o carnaval fora de época na Avenida Litorânea, em São Luís, no dia 12 de outubro de 2007.

## TJMA mediará conciliação entre Franere e clientes

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que funciona no Fórum de São Luís, fará audiências de conciliação com pauta específica envolvendo a Franere e os clientes que adquiriram imóveis e demandaram a construtora na Justiça. O assunto foi tratado em reunião entre o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Lopes de Abreu, e os assessores jurídicos da Franere e das empresas parceiras Gafisa e Tenda, Saulo Boucinhas e Vilma Araújo.

As audiências ocorrerão na primeira quinzena de novembro. Segundo Saulo Boucinhas, advogado da Franere, serão colocados em pauta entre 30 e 40 processos com maior possibilidade de acordo. São ações autuadas de 2010 até 2013, relativas a revisão de contratos de compra e venda, atraso na entrega de obras, devolução de

comissão de corretagem e vícios de construção. "A empresa tem todo o interesse em conciliar e reduzir as demandas judiciais que envolvem os empreendimentos de São Luís", afirmou. As audiências encerram a tramitação dos processos a partir do acordo celebrado.

Na reunião, realizada na quarta-feira (18), o juiz Alexandre Abreu, que também é titular da 15ª Vara Cível de São Luís, sugeriu que sejam disponibilizadas no site da Franere cópias dos contratos padrões de compra e venda da empresa. Segundo o magistrado, essa medida contribuirá para reduzir a demanda de processos envolvendo os empreendimentos porque em muitos casos o consumidor busca a Justiça apenas para pedir os contratos.

Orientou também que a construtora notifique com antecedência os adquirentes de imóveis sobre eventual atraso na entrega de obra para que o cliente possa se programar.

Conforme o juiz, muitos processos judiciais são relativos a atrasos dessa natureza. Saulo Boucinhas disse que as sugestões serão apresentadas à direção da construtora para implementação o mais rápido possível.

**ACORDOS** - Alexandre Abreu destacou que o Núcleo de Solução de Conflitos tem investido em pautas específicas de conciliação. Em janeiro deste ano, nos quatro dias de mutirão da Franere, foram conciliados 50% dos 30 processos incluídos na pauta. O juiz lembrou que iniciativas semelhantes são realizadas também com empresas com Uniceuma, Caema e Cemar.

Para o período de 23 a 27 deste mês de setembro estão previstas 373 audiências específicas com a Seguradora Líder, todas relativas a seguro DPVAT (Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre). O mutirão ocorrerá, nos horários da manhã e tarde, no Centro Ju-

diciário de Solução de Conflitos, que funciona no térreo do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Como uma das principais questões que envolvem o DPVAT é a gravidade das lesões causadas na vítima, uma equipe de profissionais de saúde participará do mutirão para avaliar a situação das pessoas que demandaram a seguradora na Justiça.

Segundo o juiz Alexandre Abreu, a pauta específica permite que a empresa demandada faça o levantamento de processos passíveis de solução conciliatória por meio de efetivas propostas de acordo. Empresas interessadas em participar de mutirões de pautas específicas devem procurar os Centros de Solução de Conflitos, localizados no Fórum Des. Sarney Costa, na Rua do Egito (Centro) e nas unidades do Uniceuma (Renascença e Cohama).

# Matadores de motorista da Taguatur condenados a 13 anos de reclusão

Wesley Dutra Moraes e Irismar Pereira terão de cumprir pena no presídio de Pedrinhas

Foram condenados a cumprir 13 anos de reclusão em regime fechado os já encarcerados Irismar Pereira, de 34 anos, e o sobrinho dele, Wesley Dutra Moraes, conhecido como *Jameca*, de 22 anos. A sentença foi proferida pela juíza da 3ª Vara do Tribunal do Júri, em sessão realizada terça-feira (17), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, onde os dois foram julgados como mandante e executor do assassinato, em setembro de 2010, na Vila Embratel, do motorista da empresa de ônibus Taguatur, Ronielson Lima Pinheiro, o Rony, de 28 anos.

A condenação de tio e sobrinho foi lida pela juíza Kátia Coelho Dias, que, além de manter a prisão dos dois, atribuiu a cada um o mesmo tempo de reclusão a ser cumprido no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Para o leitor que não lembra, a Polícia Civil investigou e concluiu que Irismar Pereira encomendou a morte do motorista a Wesley Moraes, que em depoimento, afirmou ter recebido do tio a proposta de ganhar R\$ 2.500,00 pelo serviço. Ainda de acordo com a polícia, o crime foi motivado por ciúmes do mandante com uma ex-namorada, que passou a se encontrar com a vítima.

O crime ocorreu na noite do dia 14 de setembro de 2010, no ponto final de ônibus da linha Residencial Paraíso, na Vila Embratel. *Jameca* contou com a aju-

## Mais

**Soba** presidência do juiz Antônio Elias de Queiroga Filho, o Tribunal do Júri Popular da Comarca de Barra do Corda, em sessão realizada quarta-feira (18), também condenou a 24 anos de prisão, o acusado Lailton de Moraes Melo, conhecido como Sardinha. Ele assassinou, em novembro de 2001, a sua companheira, Lucidalva Augustinha de Sousa, com um tiro de espingarda no olho, quando a vítima amamentava um filho do casal de sete meses.

da de um cúmplice, identificado apenas como *Chaguinha*, também contratado por Irismar Pereira pelo mesmo valor. Na

tarde do crime, ainda segundo apurado pela Delegacia de Homicídios (DH), houve uma reunião entre o mandante e os executores. "*Jameca* perguntou as horas ao motorista e, quando este abaixou a cabeça, ele disparou dois tiros no abdômen da vítima", revelou na época o delegado Paulo Márcio Tavares da Silva.

Logo após os primeiros disparos, o outro executor contratado por Irismar Pereira teria tomado a arma do crime, um revólver calibre 38 de *Jameca*, e disparado um tiro de misericórdia na cabeça do motorista, que morreu no local. Os executores, conforme as investigações, fugiram em uma motocicleta. Eles ainda tentaram matar uma mulher que estava em companhia da vítima. *Jameca* e *Chaguinha* ainda atiraram na mulher, mas erraram o tiro.

Fotos/Divulgação



Irismar Pereira, mandante do crime, e Wesley Dutra Moraes, o executor

## CLIMA TENSO

# Deputados cobram explicações sobre convênios de 2010



Deputados Rubens Jr., Othelino Neto e Marcelo Tavares

(Agência Assembleia) - Os deputados Rubens Pereira Júnior (PCdoB), Othelino Neto (PPS) e Marcelo Tavares (PSB) cobraram, na manhã desta quinta-feira (19), explicações sobre o destino dado pelo Governo do Estado aos convênios celebrados no ano de 2010 com prefeituras e entidades comunitárias.

Na condição de líder da Oposição, Rubens Júnior informou que deu entrada na Justiça a um mandado de se-

gurança contra o secretário de Estado de Infraestrutura, Luís Fernando Silva, solicitando as prestações de contas dos convênios de 2010.

Rubens Júnior argumentou que o parecer do Ministério Público Federal no processo que pede a cassação do mandato da governadora Roseana Sarney afirma de forma contundente que, em 2010, ocorreu uma "farragem de convênios eleitoreiros com o objetivo apenas de angariar apoio político para definir e de-

cidir a eleição de 2010". Com o mandado de segurança, Rubens Júnior frisou que quer saber o que de fato aconteceu com estes convênios:

"Foram convênios assinados a toque de caixa, assinados em um dia, publicados no mesmo dia e pagos no mesmo dia. Agora, queremos saber se foram executados ou não. Apenas isso. Ou o governo nos apresenta a prestação de contas de 2010 ou nos apresenta a justificativa de que nada disso foi executado. Nós não aceitaremos que exista nesta atual gestão uma caixa preta inviolável, onde a população não possa tomar conhecimento", enfatizou Rubens Júnior.

"ÀS ESCURAS" - Ele acrescentou que o Governo do Estado age dando sinais de que não quer que a Justiça Eleitoral nem o Ministério Público tomem conhecimento do destino dado a estes convênios. "O mandado de segurança", acrescentou Rubens Júnior, "já foi distribuído para a eminente desembargadora

Nelma Sarney e confiamos que ela dará, pela procedência do mandado de segurança, ela conhecerá o mandado de segurança e lhe dará provimento, porque é um direito líquido e certo".

Rubens Júnior lembrou que, anteriormente, com base na Lei de Acesso à Informação, deu entrada a um pedido de informação para que o secretário de Infraestrutura, Luís Fernando Silva, enviasse cópias dos convênios e das respectivas prestações de contas.

"Infelizmente, depois de mais de 60 dias, o secretário Luís Fernando nunca respondeu aos pedidos de informações sobre os convênios de 2010. Não satisfeito com o silêncio e a omissão do senhor secretário Luís Fernando, reiteramos, através de um ofício, a cobrança, lembrando que não é nenhum favor o que nós estamos querendo, mas sim uma obrigação legal, que nos forneça as informações com base na Lei de Acesso a Informação".

## Sem pressa

*Pelo visto, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antônio Guerreiro Júnior, deu uma esfriada na disputa pela vaga de desembargador, aberta com a aposentadoria de Raimundo Nonato de Sousa. Desde o começo de julho que os candidatos esperam uma posição sobre a eleição, pelo critério de merecimento, mas, até agora, nada.*

# Centro de Conciliação do TJ fará audiências entre Franere e clientes

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), que funciona no Fórum de São Luís, fará audiências de conciliação com pauta específica envolvendo a Franere e os clientes que adquiriram imóveis e demandaram a construtora na Justiça. O assunto foi tratado em reunião entre o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Lopes de Abreu, e os assessores jurídicos da Franere e das empresas parceiras Gafisa e Tenda, Saulo Boucinhas e Vilma Araújo.

As audiências ocorrerão na primeira quinzena de novembro. Segundo Saulo Boucinhas, advogado da Francere, serão colocados em pauta entre 30 e 40 processos com maior possibilidade de acordo. São ações autuadas de 2010 até 2013, relativas a revisão de contratos de compra e venda, atraso na entrega de obras, devolução de comissão de corretagem e vícios de construção. "A empresa tem todo o interesse em conciliar e reduzir as demandas judiciais que envolvem os empreendimentos de São Luís", afirmou. As audiências encerram a tramitação dos processos a partir do acordo celebrado.

Na reunião, realizada na quarta-feira (18), o juiz Alexandre Abreu, que também é titular da 15ª Vara Cível de São Luís, sugeriu que sejam disponibilizadas no site da Franere cópias dos contratos padrões de compra e venda da empresa. Segundo o magistrado, essa medida contribuirá para reduzir a demanda de processos envolvendo os empreendimentos porque em muitos casos o consumidor busca a Justiça apenas para pedir os contratos.

Orientou também que a construtora notifique com antecedência os adquirentes de imóveis sobre eventual atraso na entrega de obra para que o cliente possa se programar. Conforme o juiz, muitos processos judiciais são relativos a atrasos dessa natureza. Saulo Boucinhas disse que as sugestões serão apresentadas à direção da construtora para implementação o mais rápido possível.

**Acordos** – Alexandre Abreu destacou que o Núcleo de Solução de Conflitos tem investido em pautas específicas de conciliação. Em janeiro deste ano, nos quatro dias de mutirão da Franere, foram conciliados 50% dos 30 processos incluídos na pauta. O juiz lembrou que iniciativas semelhantes são realiza-

das também com empresas com Uniceuma, Caema e Cemar.

Para o período de 23 a 27 deste mês de setembro estão previstas 373 audiências específicas com a Seguradora Líder, todas relativas a seguro DPVAT (Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre). O mutirão ocorrerá, nos horários da manhã e tarde, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos, que funciona no térreo do Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau. Como uma das principais questões que envolvem o DPVAT é a gravidade das lesões causadas na vítima, uma equipe de profissionais de saúde participará do mutirão para avaliar a situação das pessoas que demandaram a seguradora na Justiça.

Segundo o juiz Alexandre Abreu, a pauta específica permite que a empresa demandada faça o levantamento de processos passíveis de solução conciliatória por meio de efetivas propostas de acordo. Empresas interessadas em participar de mutirões de pautas específicas devem procurar os Centros de Solução de Conflitos, localizados no Fórum Des. Sarney Costa, na Rua do Egito (Centro) e nas unidades do Uniceuma (Renascer e Cohama).

## Juiz maranhense é o novo coordenador do DMF do CNJ

O juiz Douglas de Melo Martins é novo coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF), do CNJ. Portaria publicada nesta quarta-feira, no Diário Oficial da União, formalizou a nomeação do magistrado do Tribunal de Justiça do Maranhão pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa.

Convocado pelo CNJ anteriormente, Martins já coordenou cinco mutirões carcerários do CNJ – Paraíba, Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Sul e Alagoas – e integrou o grupo que elaborou o Plano de Gestão para o Funcionamento de Varas Criminais e de Execuções Penais em 2010. Antes de ser nomeado como juiz auxiliar da Presidência do CNJ, atuava como juiz da Vara de Penas e Medidas Alternativas de São Luís.

# PT prepara caminho para romper com o clã Sarney no MA em 2014

*Saída do vice-governador petista também possibilitaria a Roseana uma manobra delicada: colocar o secretário da Casa Civil, seu candidato, no comando do Estado*

Discretamente o PT prepara o terreno para pôr fim à incômoda aliança com a família Sarney no Maranhão. Nas últimas semanas, integrantes da direção nacional mandaram recados ao vice-governador Washington Luiz (PT) para que ele aceite a proposta da governadora Roseana Sarney de se afastar do cargo e aceitar uma vaga no Tribunal de Contas do Estado. Com isso, o partido espera quitar as dívidas políticas com os Sarney e ter liberdade para apoiar a candidatura de Flávio Dino (PCdoB) ao governo do Maranhão. **PÁGINA 2 [C1]**

# PT prepara caminho para romper com o clã Sarney no Maranhão em 2014

Saída do vice-governador petista também possibilitaria a Roseana uma manobra delicada: colocar o secretário da Casa Civil, seu candidato, no comando do Estado.

Discretamente o PT prepara o terreno para pôr fim à incômoda aliança com a família Sarney no Maranhão. Nas últimas semanas, integrantes da direção nacional mandaram recados ao vice-governador Washington Luiz (PT) para que ele aceite a proposta da governadora Roseana Sarney (PMDB) de se afastar do cargo e aceitar uma vaga no Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Com isso, o partido espera quitar as dívidas políticas com os Sarney e ter liberdade para apoiar a candidatura de Flavio Dino (PC do B) ao governo do Maranhão. Pesa na tática petista o delicado estado de saúde do senador José Sarney (PMDB-AP) e falta de um sucessor à altura dele no clã.

O afastamento de Washington abriria caminho para uma manobra delicada que, segundo petistas e aliados de Roseana, está nos planos da governadora como forma de preparar o terreno para que seu secretário da Casa Civil, Luís Fernando Silva, candidato oficial do Palácio dos Leões, assuma o governo em pleno ano eleitoral.

A manobra seria a seguinte: antes, ela convenceria o vice a assumir uma vaga no TCE. Dessa forma, com a vacância no cargo de vice, ela teria condições para dei-

zar antecipadamente o governo e convocar eleições indiretas para o cargo.

A Constituição do Maranhão prevê, em seu artigo 60, que em caso de vacância no cargo de governador ou vice serão seus substitutos o presidente da Assembleia Legislativa ou do Tribunal de Justiça do Estado. Eles, em caso de vacância do cargo de governador nos dois últimos anos de mandato, são obrigados a convocar eleições indiretas para o governo, conforme determina o inciso I, do artigo 61 da Constituição do Estado.

Essa ideia, entretanto, é vista com uma certa ressalva inclusive pelos aliados de Roseana. Isso porque não há garantias de que a Assembleia Legislativa do Maranhão vá confirmar o nome de Luís Fernando Silva no governo do Estado. Em 2003, em manobra semelhante, a família Sarney perdeu o controle da Assembleia Legislativa na gestão de José Reinaldo Távares (PSB), ex-integrante do grupo que se rebelou contra os Sarney e abriu caminho para a eleição de Jackson Lago em 2006.

A cúpula petista dá total apoio à manobra e tenta convencer Washington a aceitar a vaga no TCE. O vice tem recusado a proposta e continua irredutível na intenção de assumir o governo mesmo que seja apenas por alguns meses. A direção petista avalia que, se conseguir eliminar o entrave para o plano de Roseana, estará quite com a

família Sarney e ficará livre para apoiar Dino.

O principal objetivo da manobra de Roseana seria cacifar seu candidato à própria sucessão. Há aproximadamente três meses, Silva vem inaugurando obras e participando de ações do governo do Estado visando ser mais conhecido no interior, onde ele ainda é tido como um desconhecido. Fontes ligadas à Roseana afirmam que esse tipo de iniciativa vem dando um grande capital político a Silva.

O segundo objetivo diz respeito à disputa pelo Senado. Apesar de não admitir isso publicamente, começa a crescer dentro do eixo sarneista a possibilidade de a governadora do Maranhão lançar-se novamente ao Senado. Em tese, o homem apontado pelo Palácio dos Leões para a disputa da vaga é o atual ministro do Turismo, Gastão Vieira.

Mas Vieira afirmou a interlocutores na festa de casamento de uma das netas do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), em julho, que não tem mais "idade" para uma disputa ao Senado. Ele prefere tentar mais um mandato como deputado federal.

Sem opções de nome do grupo ao Senado, Roseana deve se lançar candidata na vaga que será deixada no Estado por Epitácio Cafeteira (PTB-MA) no ano que vem. (Com informações do iG Brasília e iG São Paulo)

## *TJ-MA promove fórum sobre Justiça Criminal*

O Tribunal de Justiça do Maranhão, por intermédio da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, promove nos dias 9, 10 e 11 de outubro o 1º Fórum Estadual de Justiça Criminal. O evento tem a parceria do Ministério Público, Sejap e Defensoria Pública.

À ideia central do fórum é articular os sistemas de justiça e segurança e iniciar um diálogo intersetorial entre profissionais dos diversos órgãos para troca de experiências e boas práticas.

A conferência de abertura ficará a cargo do coordenador nacional do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ, Luciano Losekann. Ele fará uma

vinculação entre todos os eixos temáticos do evento, destacando as questões mais controversas e emergentes. Confirmaram presença no encontro o promotor de Justiça Renato Marcão (São Paulo), Ana Rita Cerqueira Nascimento, (Membro auxiliar do Conselho Nacional Ministério Público) e o juiz auxiliar da Presidência do CNJ, Douglas de Melo Martins.

Podem participar do Fórum – que ocorrerá no Hotel Luzeiros – magistrados, promotores, defensores, delegados, servidores da Justiça criminal e sistema penitenciário, estudantes e demais operadores do Direito. As inscrições são gratuitas. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (98) 3227-4014 / 3227-3151/3235-1182.

• O Tribunal de Justiça promove nos dias 9, 10 e 11 de outubro o 1º Fórum Estadual de Justiça Criminal. O evento tem a parceria do Ministério Público, SEJAP e Defensoria Pública.



IRISMAR PEREIRA: condenado em razão da morte de motorista

## Dupla acusada por assassinar motorista de ônibus é condenada

Irismar Pereira e Wesley Pereira, tio e sobrinho, foram condenados durante sessão do 3º Tribunal do Júri a 13 anos de prisão, cada um. Os dois são acusados pelo homicídio do motorista de ônibus Ronielson Lima Pinheiro, o "Rony", no dia 14 de setembro de 2010, no ponto final da linha de ônibus do Residencial Paraíso, na Vila Embratel.

PÁGINA 12 [C1]

# Dupla acusada por assassinar motorista de ônibus é condenada

Irismar Pereira e Wesley Pereira, tio e sobrinho, foram condenados durante sessão do 3º Tribunal do Júri a 13 anos de prisão, cada um. Os dois são acusados pelo homicídio do motorista de ônibus Ronielson Lima Pinheiro, o "Rony", no dia 14 de setembro de 2010, no ponto final da linha de ônibus do Residencial Paraíso, na Vila Embratel.

Conforme a denúncia, Irismar Pereira foi o mandante e o sobrinho dele, Wesley Pereira, o executor do crime. O motivo seria ciúmes que Irismar tinha de uma ex-namorada sua, identificada como Adriana Araújo, a qual matinha um relacionamento com a vítima.

Os réus estavam presos e compareceram ao julgamento, no dia 11, deste mês, tendo a juíza Kátia Coelho Dias mantida a prisão dos dois. Cada um cumprirá pena de 13 anos de



**IRISMAR E WESLEY: condenados pela morte do motorista Rony (detalhe)**

reclusão.

Segundo informações da Justiça, Irismar Pereira já responde a outros processos judi-

ciais. Ele e Wesley Pereira cumprirão pena em regime fechado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.